



Câmara dos Deputados

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF

**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO
PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
TIPO DA PROPOSIÇÃO: PL NÚMERO: 1.340 ANO: 2015**

1. A proposição provoca repercussão negativa no âmbito dos orçamentos da União, estados e municípios?

- ☐ SIM → ☐ Aumento de despesa - ☐ União ☐ estados ☐ municípios
→ ☐ Diminuição de receita - ☐ União ☐ estados ☐ municípios
☒ NÃO

1.1. Há proposição apenas, substitutivo ou emenda que provoque aumento de despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?

- ☐ SIM → ☐ Aumento de despesa. Quais?
→ ☐ Implica diminuição de receita. Quais?
→ ☐ Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?
☒ NÃO

2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:

2.1. Há emenda de adequação que suprima o aumento de despesa ou diminuição de receita?

- ☐ SIM (Emenda nº _____) ☐ NÃO

2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?

- ☐ SIM ☐ NÃO

2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?

- ☐ SIM ☐ NÃO

2.3. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?

- ☐ SIM ☐ NÃO

3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas¹?

- ☒ SIM ☐ NÃO

3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido:

4. Outras observações:

O PL 1.340/2015 objetiva limitar o valor da dotação orçamentária para o Fundo Partidário ao montante do exercício anterior, ajustado pela inflação oficialmente registrada no ano de elaboração da proposta orçamentária.

¹ Verificar especialmente os arts. 63, 167, 195 e 169 da Constituição Federal; arts. 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23 e 24 da LRF; PPA 2012/2015; arts. 93, 108 e 109 da LDO 2015; Norma Interna da CFT, de 29 de maio de 1996 e Súmula 1/98-CFT.



Câmara dos Deputados

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF

O PL 1.555/2015, apensado, busca retirar a previsão legal (inciso IV do art. 38 da Lei 9.096/1995) de piso mínimo para cálculo da dotação orçamentária destinada ao Fundo Partidário.

O outro apensado, PL 3.494/2015, propõe delimitar o valor anual do Fundo Partidário ao valor constante do Orçamento Geral da União de 2012, corrigido da inflação oficial.

A proposição principal tenciona fixar um teto para as dotações orçamentárias do Fundo Partidário. Essa medida, mesmo acolhendo a correção inflacionária, mostra-se mais restritiva ao aumento de gasto público do que a legislação vigente.

A aprovação do apensado PL 1.555/2015 pode contribuir para a diminuição de despesas da União, visto que se revogaria a fixação de um mínimo de dotações orçamentárias para o Fundo Partidário. Da mesma forma, a aprovação do PL 3.494/2015, limitando as dotações do Fundo Partidário ao respectivo valor no Orçamento de 2012, corrigido pela inflação, deve resultar na redução de gastos da União com o mencionado fundo.

Brasília, 17 de maio de 2016.

GRACIANO ROCHA MENDES

Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira